



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

4º Trimestre 2021

 **TCE**  
**EDUCAÇÃO**  
RONDÔNIA

## APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao que dispõe o artigo 49, § 4º, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 89, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 154/96 (Lei Orgânica), apresento a Vossas Excelências o Relatório de Atividades do 4º Trimestre de 2021, deste Tribunal de Contas de Rondônia – TCE-RO, com os resultados alcançados no período.

Esta Corte, no âmbito de sua jurisdição, fundada no seu papel constitucional, que lhe garante os atributos da independência e autonomia, tem a missão de fiscalizar a aplicação do dinheiro público, de orientar jurisdicionados e de bem informar a sociedade. Por isso teve o zelo de detalhar as informações deste relatório, de modo a demonstrar a essa Assembleia Legislativa todas as etapas da gestão desta Corte de Contas para aferição dos resultados, possibilitando ao cidadão, por meio desse Poder Legislativo, o conhecimento e os meios para verificar onde e como estão sendo aplicados os recursos públicos.

Conselheiro PAULO CURI NETO

Presidente do TCE-RO

# SUMÁRIO

1 – O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA .....	5
2 – RESULTADOS DA GESTÃO DA ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL .....	5
2.1 PROGRAMA DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA .....	6
3 – RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO.....	11
3.1 RECURSOS PÚBLICOS FISCALIZADOS .....	12
3.1.1 Auditorias e Inspeções.....	12
3.1.2 Problemas Enfrentados pelo TCE-RO nas Fiscalizações.....	14
3.1.3 Contratações Públicas Fiscalizadas.....	22
3.1.4 Processos e Decisões.....	23
3.1.5 Evolução Histórica do Estoque de Processos .....	23
3.1.6 Processos – Quantidade por Categoria .....	24
3.1.7 Processos – Histograma 2017 a 2021.....	25
3.1.8 Processos – Estágio .....	26
3.1.9 Atos de Pessoal.....	27
3.1.10 Quantidade de Decisões Colegiadas .....	27
3.2 CONTAS PÚBLICAS MONITORADAS .....	29
3.3 AGENTES/ENTIDADES RESPONSABILIZADOS.....	30
3.3.1 Atuação Judicial (PGE/TCE-RO) .....	31
3.4 TRANSPARÊNCIA PARA O CONTROLE SOCIAL.....	31
3.4.1 Ouvidoria do TCE-RO .....	31
3.5 AGENTES PÚBLICOS CAPACITADOS .....	33
3.6 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS.....	34
4 – GOVERNANÇA E GESTÃO .....	35
4.1 DESEMPENHO DOS GABINETES DE CONSELHEIROS.....	35
4.2 COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL.....	36
4.3 INVESTIMENTOS EM INOVAÇÃO .....	36
4.4 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS .....	38
4.4.1 Gestão de Pessoas.....	38
4.4.2 Recursos Orçamentários e Financeiros .....	39

## TCE EM NÚMEROS



## 1 – O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE-RO, instituído em 1983, como dispõe o Decreto-Lei nº 47, é Órgão integrante do Controle Externo, competindo-lhe as funções de auditoria financeira e orçamentária sobre as contas das unidades administrativas dos poderes estaduais e municipais.

A Constituição do Estado de Rondônia de 1989 estabelece que o controle externo a cargo da Assembleia Legislativa, ou seja, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, que é Órgão independente, autônomo e de competências exclusivas, contando, ainda, com o sistema de controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário para execução desse controle externo.

O TCE-RO tem jurisdição própria e privativa em todo o Estado de Rondônia, abrangendo, entre outros: toda pessoa física ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie bens e valores públicos; aqueles que causarem perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao Erário; e responsáveis pela aplicação de recursos repassados pelo Estado e/ou Municípios mediante convênio ou instrumento congênere.

O universo regular de jurisdicionados do TCE-RO compreende poderes, órgãos, autarquias, empresas públicas, economia mista e fundos jurisdicionados.



Fonte: Secretaria-Geral de Controle Externo.

## 2 – RESULTADOS DA GESTÃO DA ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL

O objetivo central deste capítulo é apresentar, pontualmente, os resultados do TCE no 4º trimestre na execução do novo Planejamento Estratégico 2021-2028, abordando-se os projetos e iniciativas anuais que foram implementados neste recorte trimestral para o alcance de metas de performance.

### Aprovação do Novo Plano Estratégico

O Tribunal encerrou o plano estratégico 2016-2020 com muitas conquistas alcançadas. O equacionamento do estoque de processos, a busca pela transformação digital dos serviços e a construção da nova sistemática de gestão de resultados baseada em competências modernizaram a gestão organizacional.

Como em todo o processo, encerra-se um ciclo e inicia outro. O novo planejamento estratégico foi aprovado por meio do Acórdão ACSA-TC 00005/21, em 31 de março/2021, para orientar ações institucionais no horizonte de 8 anos (2021-2028).

Nesta nova fase, o Tribunal reorienta a estratégia para apoiar o setor público a enfrentar os principais desafios atuais e futuros que afetam o bem-estar dos cidadãos rondonienses. Queremos fortalecer nosso papel de defesa da integridade na gestão de recursos públicos e disseminar a adoção de boas práticas para a resolução de problemas estruturais da administração pública com o potencial de aperfeiçoar as entregas de serviços aos cidadãos.



### MISSÃO

Avaliar, por meio do controle externo, a gestão dos recursos públicos do Estado e dos Municípios de Rondônia, para assegurar que os direitos e interesses da Sociedade sejam atendidos com economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

### EIXO 1

Avaliar as políticas públicas estratégicas para promover bem-estar e preparar a Sociedade para o futuro com foco na educação e na melhoria do ambiente de negócios da região.



### VISÃO ESTRATÉGICA

Ser órgão indutor de boas práticas para estruturar o Estado e os Municípios de Rondônia a enfrentarem os principais desafios atuais e futuros.



### VALORES

Justiça  
Equidade  
Integridade  
Confiabilidade

### EIXO 2

Avaliar a governança e gestão pública com viés de fortalecer os mecanismos de integridade e combate à corrupção.

O portfólio de fiscalizações e ações institucionais previstos para o presente ciclo anual de planejamento, iniciado em 31.03.2021, foi aprovado na Portaria n. 10/2021 (Doe TCERO n. 2385).

## 2.1 PROGRAMA DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Nesse viés, está sendo perseguido o Objetivo Estratégico *Avaliação da Política de Alfabetização na Idade Certa*, cujas ações estão sendo adotadas por meio do Programa de Apoio à Gestão Municipal pela Alfabetização na Idade Certa.

O Programa de Acompanhamento da Política de Alfabetização na Idade Certa tem como finalidade induzir o aprimoramento dos processos-chave de estruturação da política de alfabetização na idade certa com foco na melhoria dos resultados educacionais das redes. Isto é, a proposta é que os gestores, no exercício de sua função de planejar e implementar as políticas públicas, consigam a partir dos encontros técnicos implementar boas práticas de gestão orientadas a resultados.

O Plano de Ação para a Alfabetização na Idade Certa está demonstrado a seguir:



Está no escopo do programa melhorar os resultados educacionais por meio de um amplo programa de apoio técnico que abrange: (i) organização e análise de dados, (ii) criação de painéis gerenciais, (iii) avaliação diagnóstica; (iv) definição de currículo e concepção de alfabetização na idade certa; (v) definição das diretrizes estratégicas de alfabetização e aprimoramento dos processos de: (vi) capacitação inicial e formação continuada, (vii) monitoramento e avaliação de resultados e de (viii) elaboração do orçamento para a alfabetização na idade certa.

No 4º trimestre de 2021, a Secretaria de Planejamento realizou diversas ações formativas junto às redes que fazem parte do Programa de Acompanhamento da Política de Alfabetização na Idade Certa (Porto Velho, Ariquemes, Cujubim, Alto Paraíso, Rio Crespo, Monte Negro, Cacaúlândia e Itapuã D'Oeste). Para além dessa frente, a Seplan coordenou outros dois grandes projetos em parceria com as redes municipais de educação: a Avaliação Diagnóstica - Norteia e a Autoavaliação da Política de Alfabetização dos municípios.

### **Programa de Alfabetização na Idade Certa - Encontros Formativos**

Entre os dias 22 a 26 de novembro, foi realizada pelo Tribunal de Contas de Rondônia (TCE-RO) no município de Ariquemes uma série de ações formativas integradas que visam contribuir com o desenvolvimento dos educadores que atuam no ciclo de alfabetização. Dentre os profissionais que participaram das formações estão cerca de 120 gestores e supervisores escolares, bem como 118 professores alfabetizadores, divididos em dois turnos. Tratou-se de um trabalho coletivo de apropriação de conhecimento.

Essas formações atenderam os sete municípios que formam o Bloco I: Alto Paraíso, Ariquemes, Cacaúlândia, Cujubim, Itapuã do Oeste, Monte Negro e Rio Crespo. Ministradas pelas especialistas Rita Paulon e Suely Amaral, as atividades buscaram contribuir para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas específicas de alfabetização junto aos educadores que atuam nos primeiros anos do ensino fundamental com foco nas metas previstas no programa.

Já em Porto Velho, os encontros formativos ocorreram entre os dias 29 de novembro a 3 de dezembro. Dentre os temas tratados nas formações, foram abordados os resultados do fluxo de acompanhamento do Programa Alfabetiza Porto Velho, assim como o papel estratégico do gestor escolar no engajamento de sua equipe para a implementação do programa e para conhecer os desafios enfrentados pelos gestores.

Os dias 29 e 30 de novembro e 3 de dezembro foram destinados à equipe gestora do programa e os dias 1 e 2 de dezembro contaram com a participação de aproximadamente 100 gestores e supervisores das escolas atendidas pelo Programa. Foram retomados neste encontro os resultados do fluxo de acompanhamento de gestão e monitoramento dos indicadores do programa e a discussão e detalhamento sobre a aplicação dos instrumentos que já estão sendo utilizados em sala de aula.

Nos dois encontros (Bloco I e Porto Velho), foram apresentados pelas especialistas os resultados das avaliações diagnósticas, análise pedagógica dos itens, o fluxo do acompanhamento, apresentação dos materiais didáticos a serem utilizados e dinâmicas com grupos sobre a construção de um roteiro para alcançar melhores resultados na alfabetização, bem como o compartilhamento de experiências.

Durante as dinâmicas foram trabalhadas a questão da interação (professor/aluno), gestão do tempo, espaço, do ensino e aprendizagem; as experiências do planejamento semanal coletivo e seus desafios e o acompanhamento dos indicadores.

Como resultado dessas formações, foram feitos encaminhamentos de ações e definições dos próximos passos, a serem dados até dezembro, e o planejamento preliminar para as ações do programa em 2022.

### **Projeto Avaliação Diagnóstica - Norteia**

Dando continuidade às ações referentes ao projeto "Avaliação Diagnóstica de Retorno às Aulas – Norteia", o TCE realizou no dia 27 outubro, o encontro formativo sobre a "Aplicação da Avaliação Diagnóstica", destinado aos profissionais da educação que farão parte da aplicação da avaliação (professores, supervisores, gestores e equipe do projeto da Avaliação Diagnóstica).

O objetivo do encontro, que foi realizado na modalidade on-line, foi orientar as redes para o processo de aplicação e correção das avaliações, bem como o envio dos resultados ao Tribunal de Contas. No momento da formação, obteve-se mais de duas mil participações simultâneas. Ao todo, o conteúdo da formação ultrapassou 4.5 mil visualizações.

Nesse encontro formativo, os profissionais foram orientados quanto à estrutura dos instrumentos da avaliação – caderno de atividades, guia do professor, cartões-resposta e lista de presença –, além de informações sobre a aplicação e correção das avaliações e sobre o preenchimento e envio da Planilha Diagnóstica.

Após a conclusão da aplicação da Avaliação Diagnóstica, em que mais de 39 mil estudantes de 42 municípios foram avaliados, no dia 1º de dezembro foi realizado um encontro formativo direcionado aos dirigentes municipais de educação, equipe gestora do projeto, técnicos pedagógicos, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores das redes participantes do projeto.

Dentre os principais resultados das avaliações, constatou-se que menos de 12% dos estudantes do terceiro ano do ensino fundamental apresentaram perfil de saída adequado para o ano subsequente e mais de 52% dessas crianças estão indo para o quarto ano analfabetas ou com conhecimento rudimentar em leitura e escrita.

Para além da leitura e interpretação dos resultados, é necessário pensar em estratégias pedagógicas para a recuperação das aprendizagens. Pensando nisso, nesse encontro contamos com a participação especial da professora Kátia Smole, atual presidente do Instituto Reúna, parceiro técnico na elaboração dos materiais da avaliação, onde foram debatidas algumas das possíveis estratégias para a recomposição das aprendizagens, dentre as quais destacamos o material das Orientações Pedagógicas, que serve como apoio na construção e execução das aulas, assim como convida todos a participar do evento. Mais de dois mil educadores participaram do encontro.

Ampliando o repertório de ações sobre as estratégias de recomposição das aprendizagens, o TCE-RO realizou um evento no dia 17 de dezembro, destinado aos gestores e representantes das Redes Municipais de Ensino de Rondônia para apresentação da “Análise dos resultados das Avaliações Diagnósticas sobre as ações para a recomposição das aprendizagens: estratégias de reorganização escolar”. Foram realizadas discussões para recomposição das aprendizagens e diálogos sobre algumas das estratégias que podem ser realizadas já para o início de 2022, com foco na organização das turmas de acordo com o nível de proficiência dos estudantes.

### **Projeto Autoavaliação dos Componentes da Política de Alfabetização nos primeiros anos do ensino fundamental**

Depois dos resultados da avaliação diagnóstica revelarem as principais lacunas de aprendizagem e os baixos índices de alfabetização, o TCE-RO lançou um projeto para auxiliar os municípios na estruturação da política de alfabetização nos primeiros anos do ensino fundamental e alavancar os resultados educacionais nas redes.

Dos 52 municípios, 46 redes participaram do projeto “Autoavaliação dos Componentes da Política de Alfabetização nos primeiros anos do ensino fundamental” respondendo ao questionário, composto por aproximadamente 200 itens sobre: Gestão Orientada para Resultados; Avaliação e Monitoramento; Contratação, Seleção e Lotação de Profissionais; Formação Inicial e Continuada; Política de Incentivos; Currículo; Material Didático; e Articulação Política.

Uma das principais finalidades foi conduzir os gestores em um processo de autoavaliação sobre o que precisa ser aprimorado em suas políticas para alavancar os resultados da alfabetização nos primeiros anos do ensino fundamental nos municípios.

A partir desse projeto, o TCE-RO dispõe de informações relevantes sobre os elementos da política que requerem maior atenção da gestão para planejar ações que visem cooperar com o gestor público para melhoria de seus processos. Fruto disso, foi a elaboração de planos de ação pelas redes que integram o Programa de Alfabetização do TCE-RO (Ariquemes, Alto Paraíso, Cujubim, Cacauplandia, Itapuã D'Oeste, Monte Negro e Rio Crespo). Essa etapa, realizada com o auxílio do TCE/RO, consolidou a compreensão dos gestores sobre o que precisa ser implementado ou aprimorado na política de alfabetização nos anos iniciais, de forma estruturada

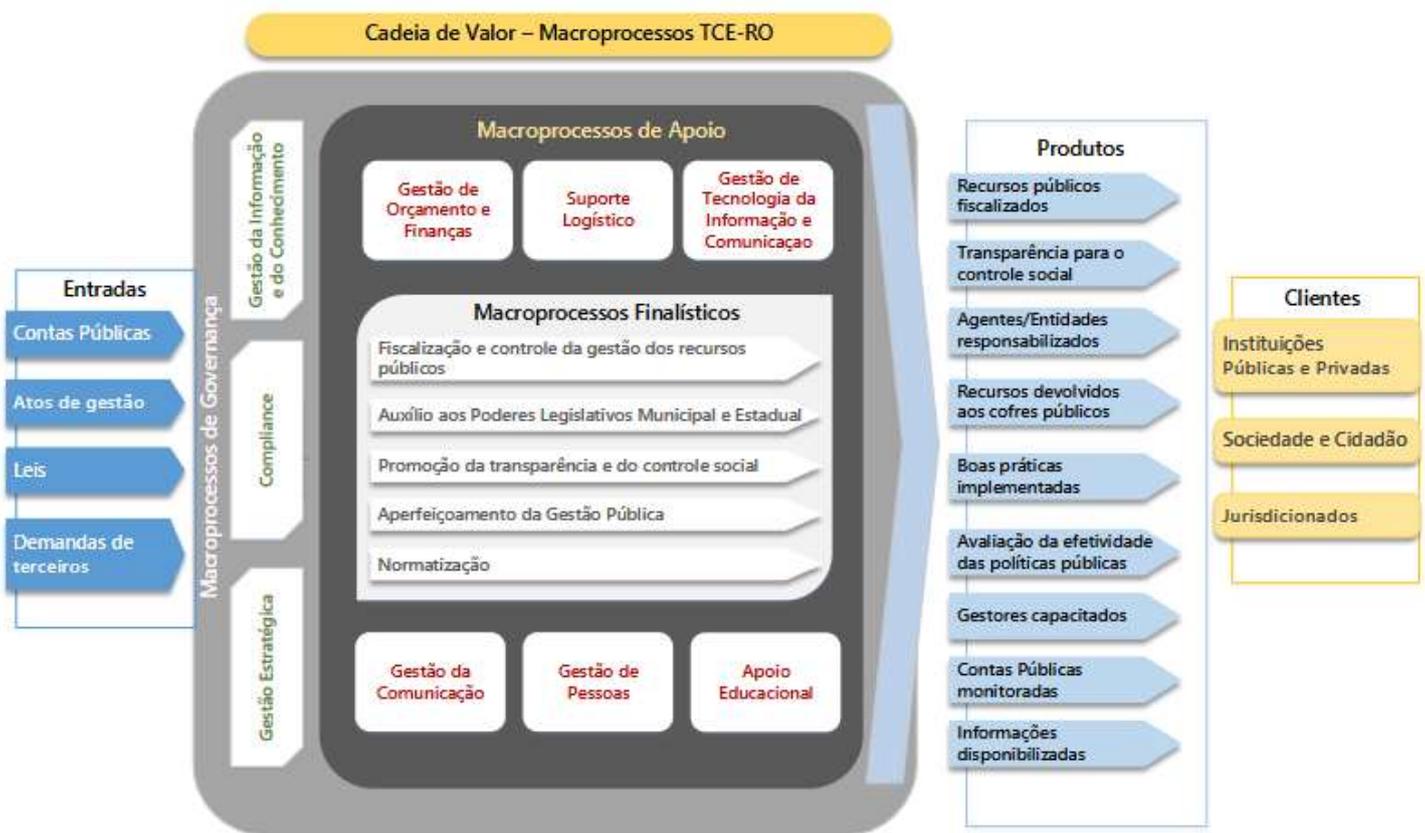
Dentre os resultados, é possível analisar com mais detalhes a gestão da alfabetização nas redes e recomendar quais medidas precisam ser adotadas pelos gestores em curto, médio e longo prazo. Por exemplo, as informações mostram que conjuntos relevantes de boas práticas relacionadas aos eixos sobre avaliação e monitoramento, política de formação e gestão orientada a resultados apresentam baixos índices de aderência, devendo ser priorizados em curto prazo pelos gestores para melhoria dos resultados de aprendizagem.

Os produtos finais, que serão entregues até março de 2022, contarão com a disponibilização de um pacote para gestão da política de alfabetização nos primeiros anos do ensino fundamental, que conterà um guia com o passo a passo e uma caixa de ferramentas básicas para implementação das boas práticas. O TCE-RO também encaminhará o resultado individualizado com recomendações específicas para melhoria da política.

### 3 – RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO

A diversidade e a abrangência de atuação do TCE-RO têm por fim assegurar eficiência, eficácia e economicidade na administração e aplicação dos recursos públicos; evitar desvios, perdas e desperdícios; garantir o cumprimento das normas técnicas, administrativas e legais; identificar erros, fraudes e seus agentes; preservar a integridade patrimonial e propiciar informações para a tomada de decisões.

Tendo esses objetivos em vista, o TCE-RO estruturou sua cadeia de valor, ferramenta de gestão que estabelece, visualmente, o conjunto de atividades da organização em uma relação que propõe entregar valor aos seus clientes, constituindo uma importante referência para as decisões e diretrizes gerenciais, uma vez que a dinâmica organizacional (entradas, macroprocessos distinguidos em suas classes, produtos e clientes) encontra-se devidamente reconhecida.



Cadeia de Valor do TCE-RO

A seguir, a partir dos produtos identificados na cadeia de valor, tem-se a exposição dos resultados obtidos por meio das ações de controle praticadas por este Tribunal.

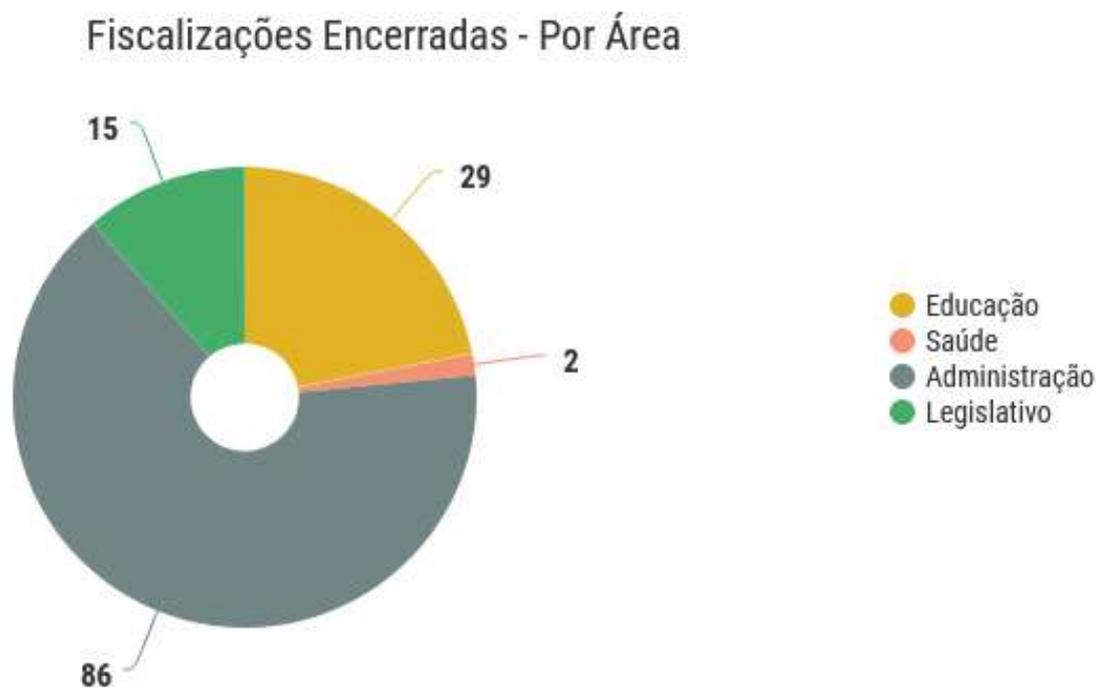
### 3.1 RECURSOS PÚBLICOS FISCALIZADOS

O Tribunal de Contas, para desempenhar sua função de fiscalizar a gestão dos recursos públicos, utiliza-se de inúmeras técnicas e ferramentas de análise. Neste tópico estão destacadas as principais informações relacionadas às atividades de fiscalização (quantidade de trabalhos encerrados, áreas de fiscalização, recursos abrangidos) e, ainda, os detalhes (problema alvo da fiscalização, itens de análise e benefícios gerados à Sociedade) dos principais trabalhos desenvolvidos no período.

#### 3.1.1 Auditorias e Inspeções

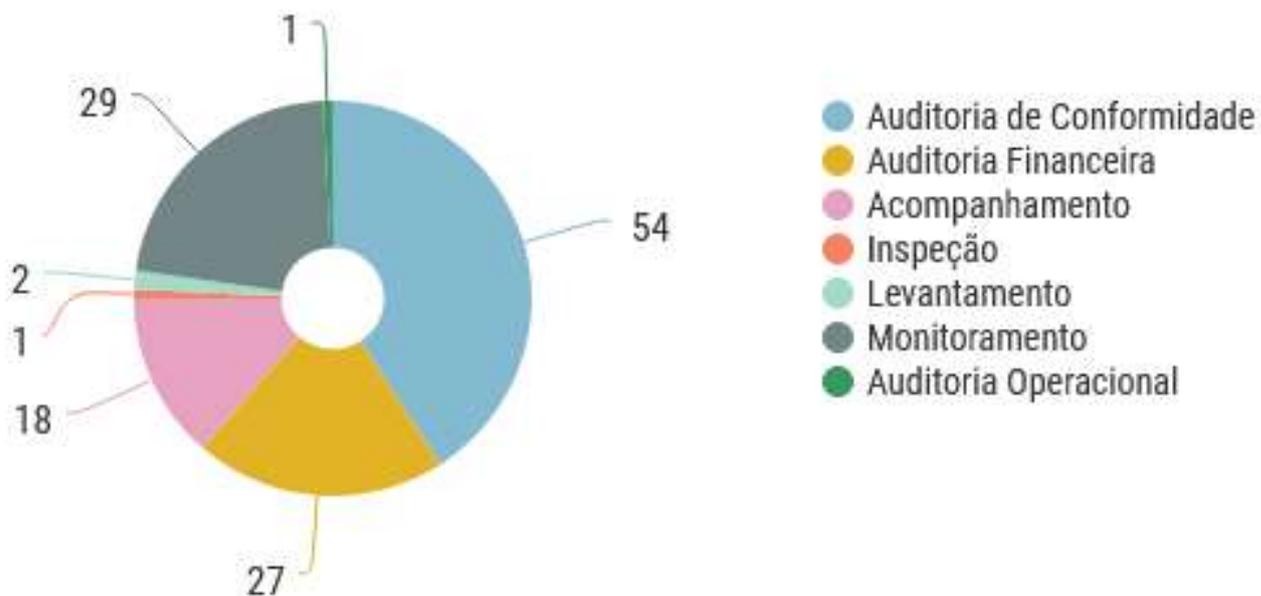
Até o 4º trimestre foram programadas 413 auditorias e inspeções. Desse total, 353 já foram concluídas, constituindo um total de valor acumulado de recursos fiscalizados na ordem de R\$ 447.674.717,09 (quatrocentos e quarenta sete milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, setecentos e dezessete reais e nove centavos).

Apenas em relação a este 4º trimestre, foram concluídas **132 fiscalizações**, distribuídas por área temática conforme demonstrado no gráfico abaixo.



No período, a técnica mais utilizada para realização de fiscalizações pelo Tribunal de Contas de Rondônia foi auditoria de conformidade.

### Fiscalizações Encerradas - Por Tipo



	<b>ACOMPANHAMENTO</b>
Verifica, ao longo de um determinado período, a legalidade ou o desempenho da gestão dos recursos públicos.	
	<b>MONITORAMENTO</b>
Verifica se as determinações e recomendações do TCE-RO são cumpridas	
	<b>INSPEÇÃO</b>
Verifica informações para subsidiar denúncias ou instruir fiscalizações não programadas.	

### 3.1.2 Problemas Enfrentados pelo TCE-RO nas fiscalizações

Os problemas enfrentados nas fiscalizações e os benefícios esperados com a intervenção do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, por meio da Secretaria-Geral de Controle Externo, estão elencados, resumidamente, na sequência.

#### Saúde



Problema:

Riscos de contratações irregulares por meio de dispensa de licitações relacionadas à COVID-19.



Objetivo:

Realizar testes e verificações em procedimentos de contratações relacionadas à covid-19, visando avaliar a regularidade das contratações.



Itens de Verificação:

- Selecionar procedimentos de contratação realizados por dispensa com critérios de riscos;
- Realizar exame documental do procedimento selecionado;
- Aplicar exame de critérios de análise das fases internas e externas do procedimento;
- Avaliar a descrição do objeto, quanto a clareza e suficiência;
- Examinar as justificativas de preço e planilhas de formação de preço;
- Verificar a capacidade técnico-operacional e econômico-financeira da empresa selecionada.



Benefícios Esperados:

- Impedir contratação com irregularidades insanáveis;
- Possibilitar a administração pública municipal promova regularização do procedimento de contratação;
- Evitar a ocorrência de dano ao erário (R\$37.656.000,00) pela ocorrência de contratação com vícios insanáveis;
- Melhoria da prestação de serviços de saúde;
- Ampliação dos serviços prestados.

## Desenvolvimento Econômico



### Problema:

Dificuldades no processo de licenciamento de obras no município de Porto Velho, decorrentes de processo de trabalho ineficiente, ambiente de ampla insegurança jurídica, resultando em demora na análise dos processos de licenciamento e má prestação de serviços aos usuários.



### Objetivo:

Avaliar o serviço de licenciamento de obras do município de Porto Velho sob os critérios de eficiência, efetividade, eficácia, economicidade e equidade, e se contribui com o desenvolvimento ordenado do município.



### Itens de Verificação:

- Existência de política de licenciamento está orientada ao desenvolvimento econômico do município;
- Avaliar o marco regulatório de licenciamento de obras;
- Identificar o processo de trabalho realizado no licenciamento de obras;
- Ponderar se a política de licenciamento de obras observa os critérios de eficiência, efetividade, eficácia, economicidade e equidade.



### Benefícios Esperados:

- Melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados;
- Aumentar o número de beneficiários de serviços públicos;
- Melhor atendimento à população;
- Melhoria na qualidade dos projetos apresentados;
- Aprimoramento da política pública;
- Atualização do marco regulatório, com diminuição da burocracia e maior segurança jurídica.

## Educação



### Problema:

Aumento do número de crianças e adolescentes fora da escola, agravados em decorrência da pandemia do novo coronavírus e das medidas restritivas adotadas.



### Objetivo:

Averiguar o atual estágio de implementação da estratégia Busca Ativa Escolar (Unicef) no âmbito de Rondônia.



### Itens de Verificação:

- Verificar em que medida existe a adesão à estratégia pelos entes governamentais;
- Avaliar se houve a designação do coordenador operacional;
- Identificar a existência de articulação intersetorial (criação do comitê gestor);
- Mapear os atores da busca ativa escolar no município; e
- Verificar se há formalização do plano de ação.



### Benefícios Esperados:

- Melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados;
- Aumentar o número de beneficiários de serviços públicos;
- Aumentar a eficiência na estrutura, em procedimentos ou no exercício de competências e atribuições;

## Educação



### Problema:

Baixos índices da alfabetização na idade certa.



### Objetivo:

Alavancar os índices da alfabetização na idade certa do Município de Porto Velho, precisamente na pré-escola e nos três anos iniciais do ensino fundamental.



### Itens de Verificação:

- Avaliar a estrutura de carreira dos professores;
- Identificar se a carreira de professor é orientada a resultados;
- Averiguar se a remuneração dos profissionais em educação observa o cumprimento de metas e resultados;
- Existem políticas que considerem indicadores associadas a alfabetização na idade certa;
- Verificar como é realizada a gestão de pessoas no município;
- Avaliar a forma de recrutamento e seleção de professores;
- Há política de formação de professores.



### Benefícios Esperados:

- Melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados;
- Aumentar o número de beneficiários de serviços públicos;
- Elevar da aprendizagem dos alunos da Rede Municipal de Educação;
- Melhorar os indicadores de desempenho da Rede Municipal de Educação;
- Otimizar a força de trabalho funcional;
- Dotar a rede de equipe de professores alfabetizadores qualificada e especializada em alfabetização;
- Reduzir índices de distorção idade/série dos alunos da Rede Municipal de Educação;
- Reduzir a evasão escolar dos alunos da Rede Municipal de Educação.

## Educação



### Problema:

Necessidade de avaliar o grau de implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) no sentido de subsidiar a avaliação da prestação de contas dos gestores municipais.



### Objetivo:

Avaliação da situação das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), visando ampliar a assecuração das contas de governo municipais.



### Itens de Verificação:

- Levantar contexto de execução do Plano Nacional de Educação (PNE) nos municípios;
- Identificar o grau de cumprimento do PNE no município;
- Categorizar as metas que estão aderentes e as não aderentes;
- Avaliar o risco de não atendimento das metas.



### Benefícios Esperados:

- Proporcionar a accountability;
- Ampliar o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE);
- Apresentar opinião técnica sobre as Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público;
- Proporcionar instrumento técnico apto ao julgamento do Legislativo;
- Aumentar o grau de confiança dos resultados apresentados pela Administração.

## Administração



### Problema:

Necessidade de avaliar a aplicação de recursos em termos dos Balanços Gerais do Municipais decorrentes do dever de prestar contas dos gestores municipais.



### Objetivo:

Subsidiar a opinião quanto à adequada e regular aplicação dos recursos públicos, visando ampliar a asseguaração das contas de governo municipais.



### Itens de Verificação:

- Análise das Demonstrações Contábeis;
- Teste de transações e saldos;
- Avaliar controles dos lançamentos contábeis.



### Benefícios Esperados:

- Proporcionar a *accountability*;
- Apresentar opinião técnica sobre as Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público;
- Proporcionar instrumento técnico apto ao julgamento do Legislativo;
- Aumentar o grau de confiança dos resultados apresentados pela Administração.

## Administração



### Problema:

Necessidade de avaliar a aplicação de recursos em termos dos Balanços Gerais do Municipais decorrentes do dever de prestar contas dos gestores municipais.



### Objetivo:

Avaliação dos indicadores de execução orçamentária e de gestão fiscal, subsidiando a análise das contas e visando ampliar a asseguaração das contas de governo municipais.



### Itens de Verificação:

- Análise dos indicadores orçamentários, fiscais e financeiros;
- Avaliar a conformidade da execução orçamentária;
- Identificar os resultados dos indicadores de saúde, educação, metas fiscais e despesa com pessoal.



### Benefícios Esperados:

- Proporcionar a *accountability*;
- Apresentar opinião técnica sobre as Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público;
- Proporcionar instrumento técnico apto ao julgamento do Legislativo;
- Aumentar o grau de confiança dos resultados apresentados pela Administração.

## Administração



### Problema:

Necessidade de avaliar quanto à observância aos princípios da legalidade, eficiência, legitimidade, economicidade e da continuidade dos serviços na gestão pública municipal, decorrente de determinações e recomendações relacionadas ao dever de prestar contas dos gestores municipais.



### Objetivo:

Avaliação da observância aos princípios da legalidade, eficiência, legitimidade, economicidade e da continuidade dos serviços na gestão pública municipal, visando ampliar a asseguaração das contas de governo municipais.



### Itens de Verificação:

- Identificar determinações e recomendações que foram informadas a situação de cumprimento;
- Avaliar a manifestação do controle interno quanto à resposta do gestor;
- Avaliar o cumprimento de determinações e recomendações exaradas em processo de contas.



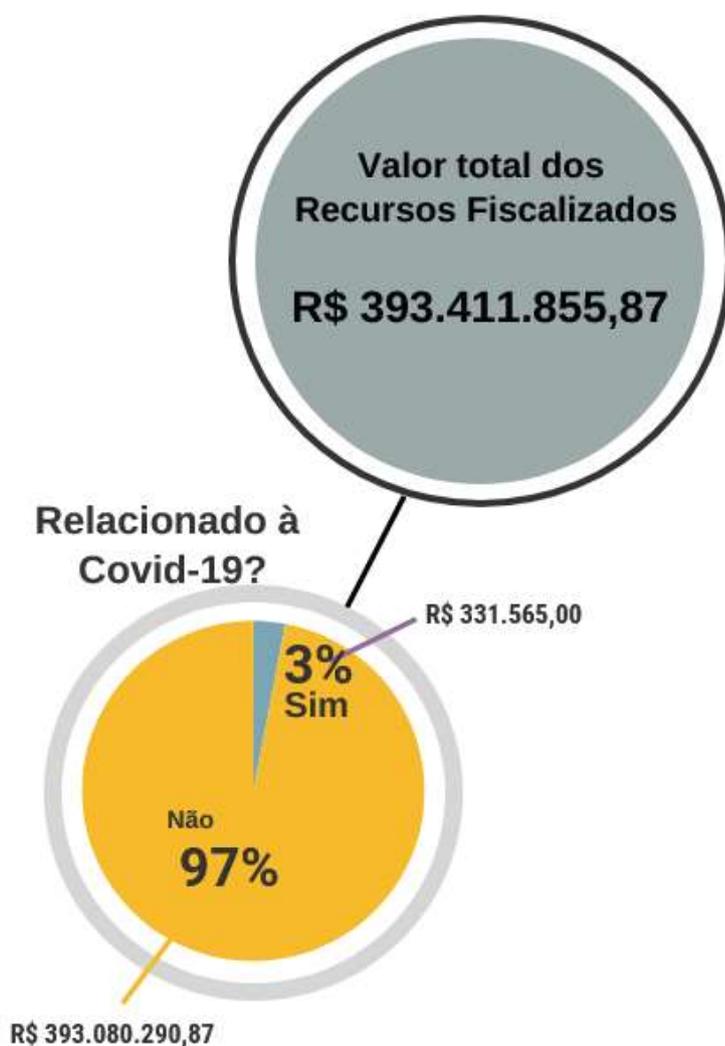
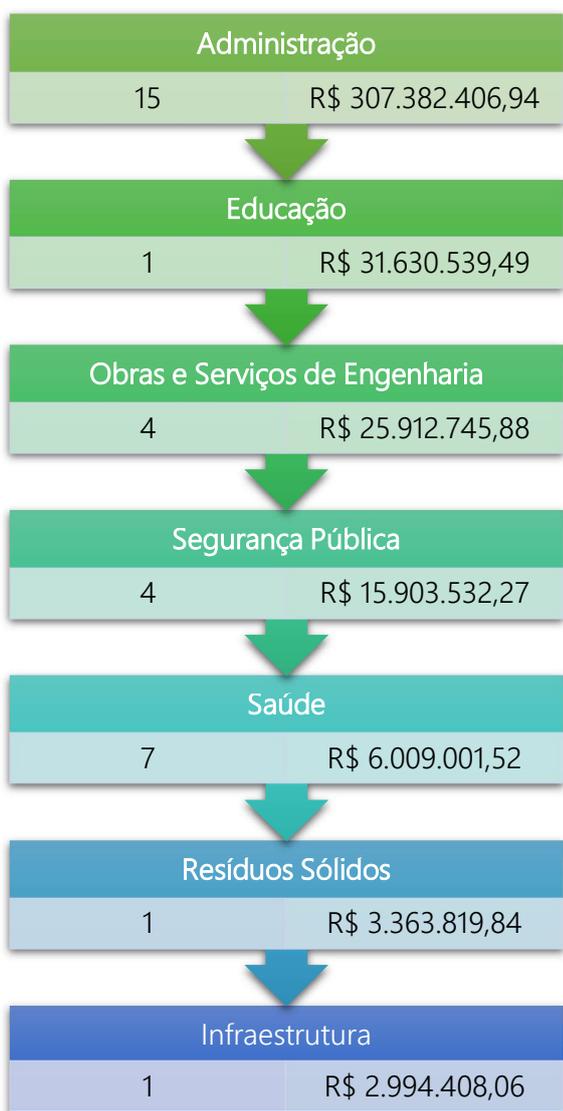
### Benefícios Esperados:

- Proporcionar a *accountability*;
- Apresentar opinião técnica sobre as Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público;
- Proporcionar instrumento técnico apto ao julgamento do Legislativo;
- Aumentar o grau de confiança dos resultados apresentados pela Administração.

### 3.1.3 Contratações Públicas Fiscalizadas

As contratações avaliadas pelo controle externo no 4º trimestre representaram um volume de recursos fiscalizados de R\$ 393.411.855,87 (trezentos e noventa e três milhões, quatrocentos e onze mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), em um total de 33 processos.

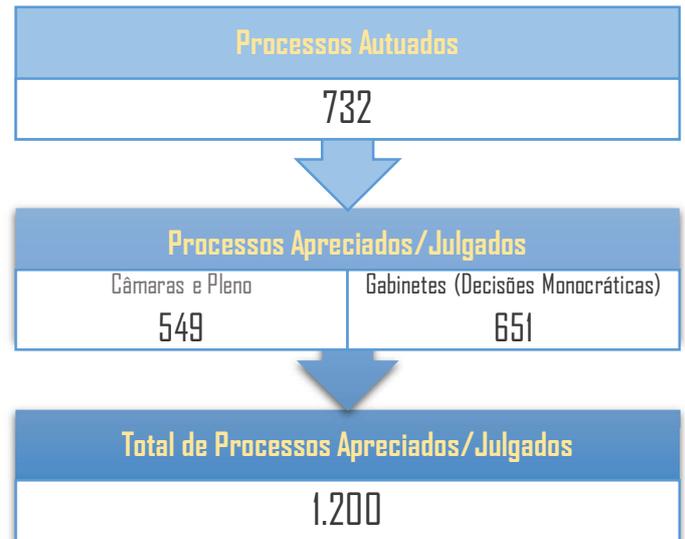
Os quantitativos e valores dos recursos fiscalizados nessas contratações, por área, estão relacionados abaixo:



### 3.1.4 Processos e Decisões

Os processos recebidos no Tribunal de Contas são autuados e distribuídos aos relatores, conforme sorteio ou especificidade do processo. Após tramitação e análise, os processos são apreciados/julgados, por decisão colegiada ou por meio de decisões monocráticas.

No período foram autuados e distribuídos 732 novos processos e foram apreciados/julgados 1.200 processos, sendo 549 pelas Câmaras e Pleno e 651 monocraticamente pelos Relatores.

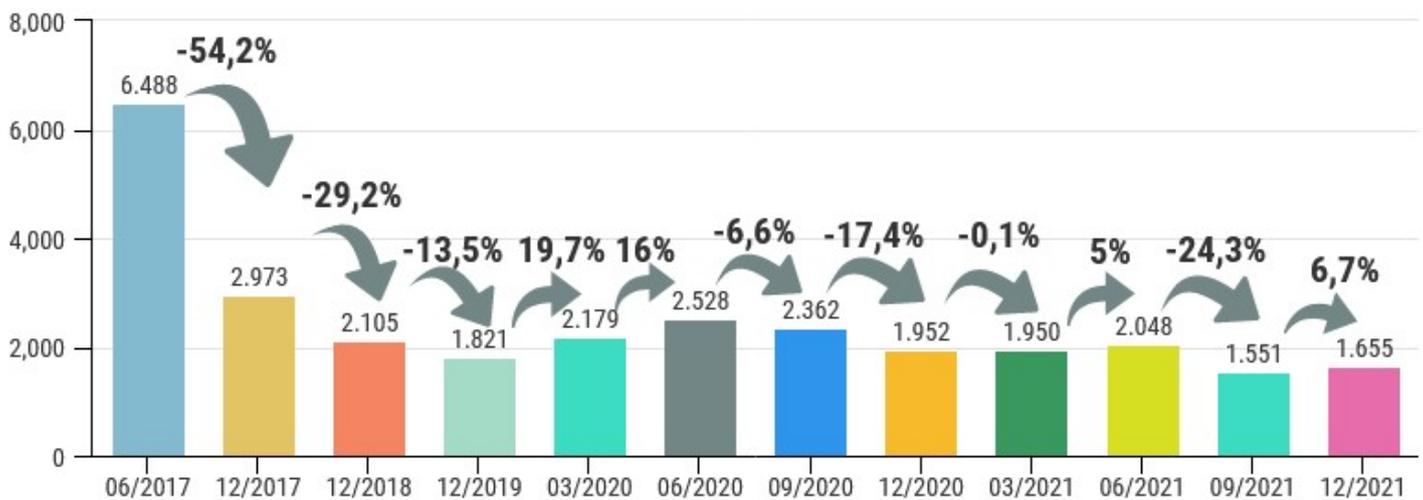


Fonte: Departamento de Gestão da Documentação (DGD/SGAP/TCE-RO), Secretaria de Processamento e Julgamento (SPJ/TCE-RO) e PCe.

### 3.1.5 Evolução Histórica do Estoque de Processos

De 2017 a 2019 o Tribunal de Contas, por força das estratégias adotadas, reduziu o estoque de processos. No primeiro semestre de 2020, entretanto, em razão da grande entrada de processos de atos de pessoal, houve um aumento de processos no Tribunal, sendo que a partir do segundo semestre o estoque voltou a ter redução processual. No 4º trimestre, entretanto, houve um pequeno aumento do estoque processual, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

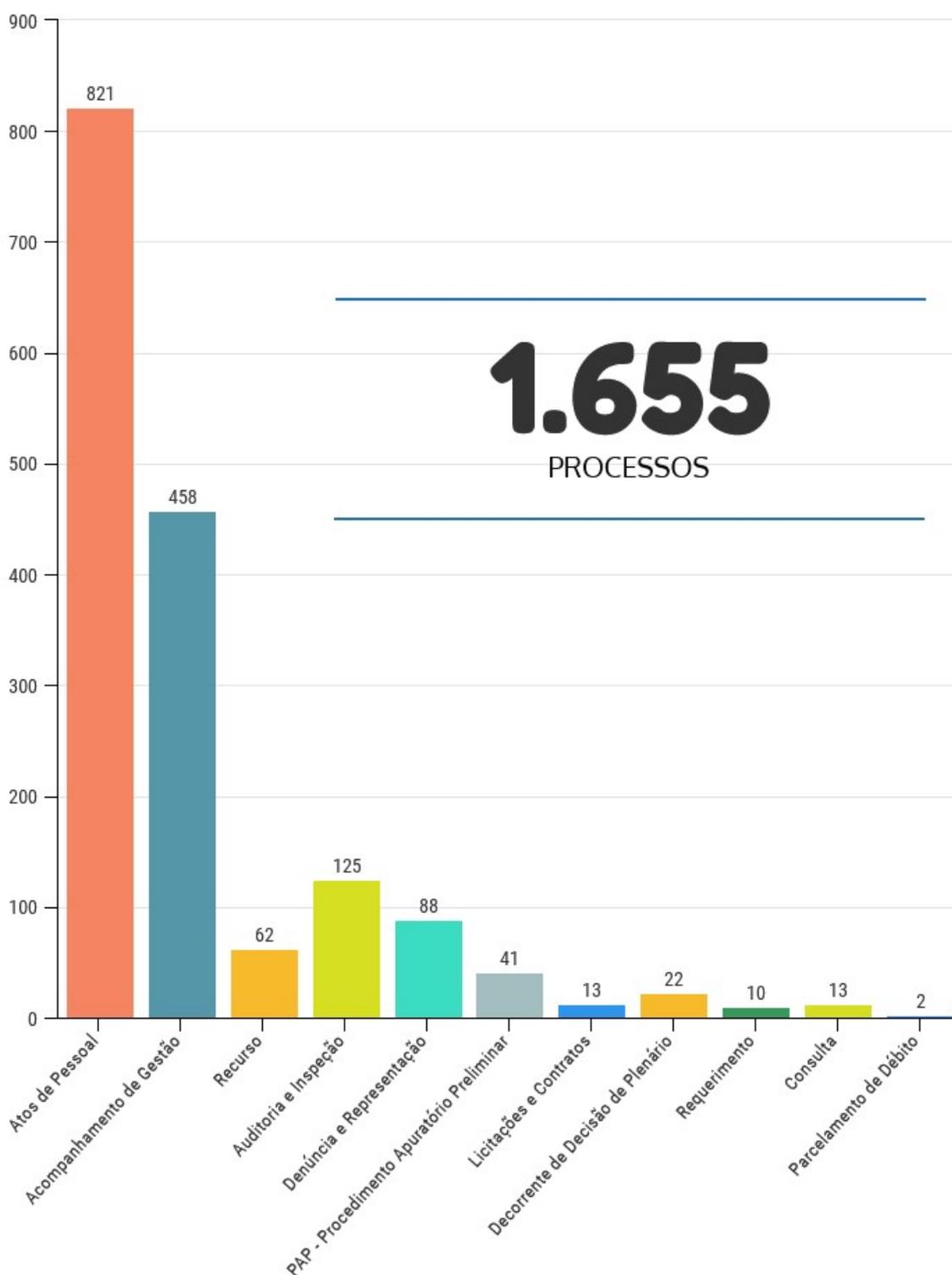
Histórico do estoque processual  
Período: 2017-2021



Fonte: PCeBI

### 3.1.6 Processos – Quantidade por Categoria

Dos 1.655 processos registrados no Tribunal no 4º Trimestre, 821 são de análise de “Ato de Pessoal” e 458 são de “acompanhamento de gestão”. Os outros processos se dividem entre os outros diversos tipos de fiscalização realizados pelo Tribunal, dentre os quais, as auditorias e inspeções.

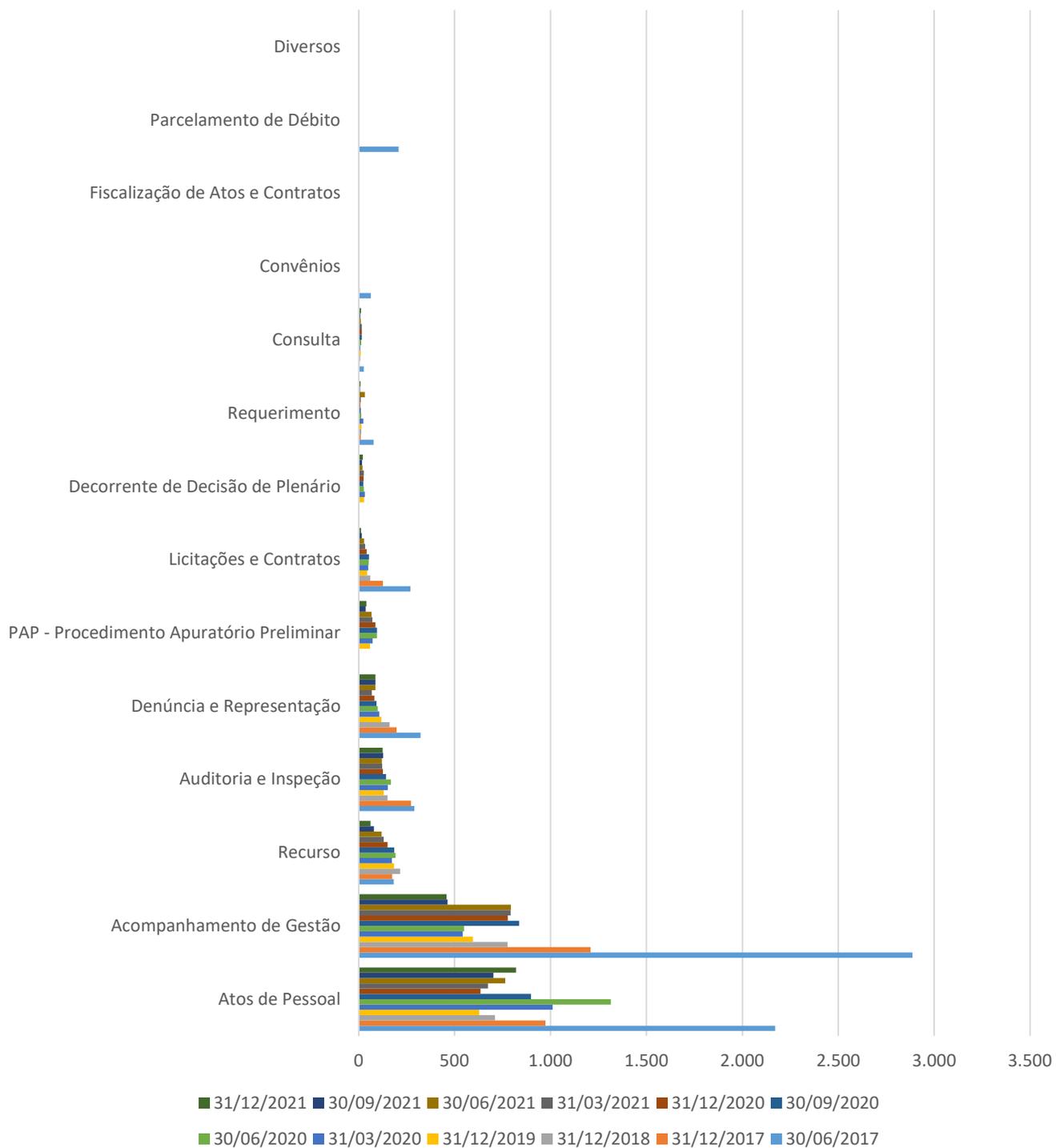


Fonte: PCeBI

### 3.1.7 Processos – Histograma 2017 a 2021

No período, em relação aos trimestres anteriores, manteve-se um considerável aumento de processos nas categorias já mencionadas, de “ato de pessoal” e de “acompanhamento de gestão”.

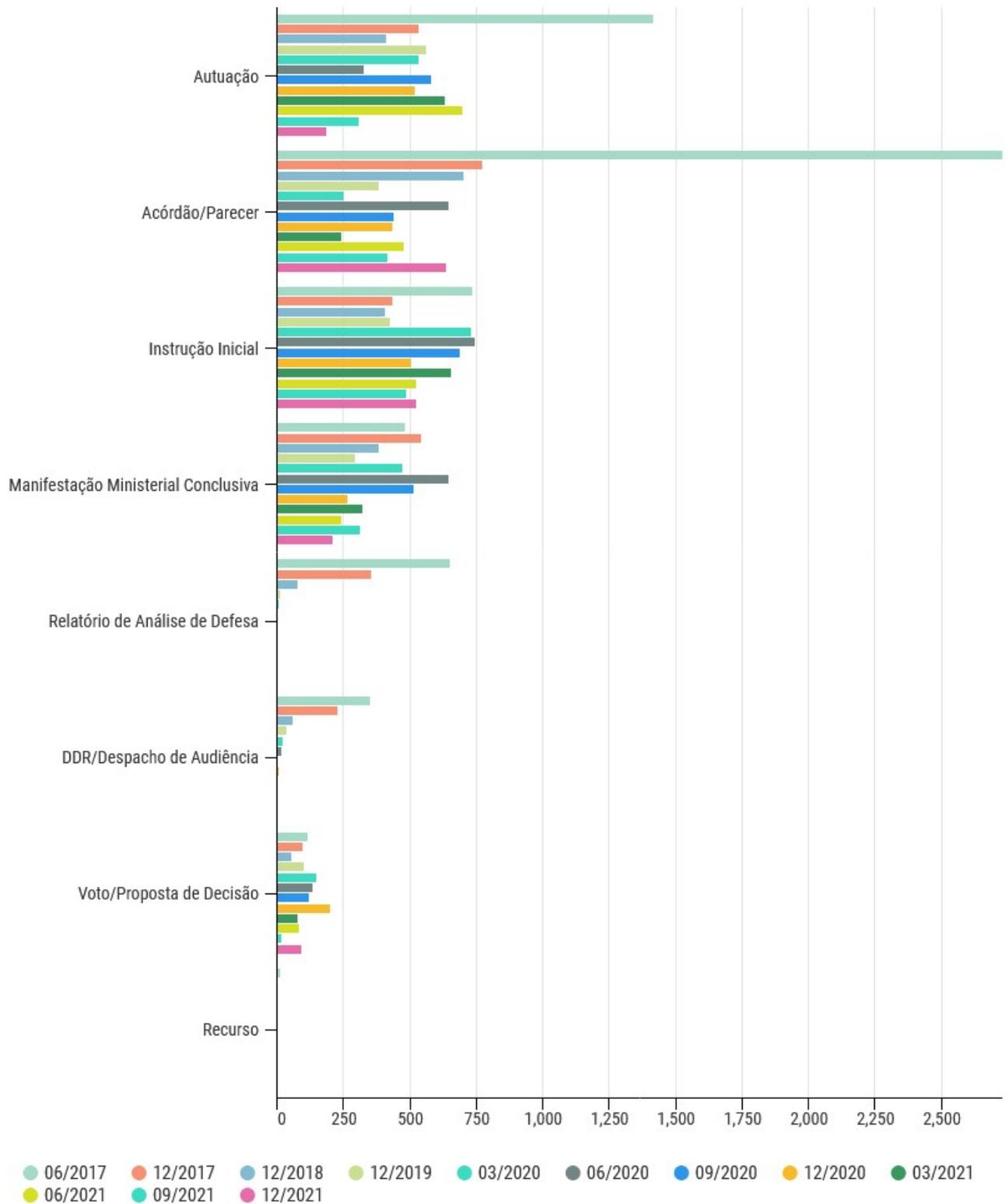
#### Processos Principais - CATEGORIAS



Fonte: PCeBI

### 3.1.8 Processos – Estágio

Do total de processos, 636 estão na fase de Acórdão/Parecer, tendo um grande volume também nas fases de Instrução Inicial (526) e de Manifestação Ministerial Conclusiva (209).



Fonte: PCeBI

### 3.1.9 Atos de Pessoal



O TCE-RO aprecia a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma, reserva remunerada e pensão, fiscalizando igualmente a legalidade das despesas efetuadas com o pagamento de pessoal, inclusive sua adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No 4º trimestre **foram apreciados/julgados 336 processos** de Atos de Pessoal. Os quantitativos encontram-se na matriz ao lado.

### 3.1.10 Quantidade de Decisões Colegiadas

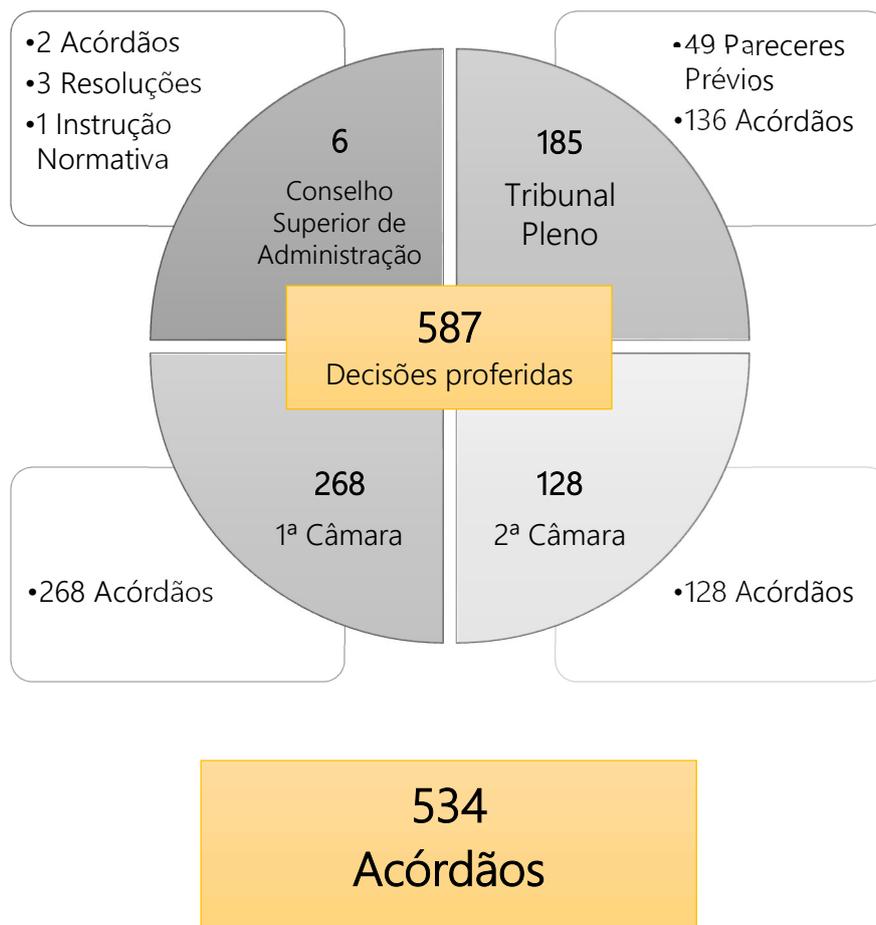
Conforme capitulado no Regimento Interno do Tribunal, as deliberações do Plenário e, no que couber, das Câmaras, poderão ter a forma de Instrução Normativa, Resolução, Decisão Normativa, Parecer Prévio, Acórdão ou Decisão.

Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento (SPJ/TCE-RO).

<p><b>Instruções Normativas</b></p> <p>são deliberações que tratam de disciplinamento de matéria que envolva pessoa física, Órgão ou entidade sujeita à jurisdição do Tribunal.</p>	<p><b>Resoluções</b></p> <p>tratam de atos como aprovação do Regimento Interno, definidor da estrutura, atribuições e funcionamento do Tribunal de Contas, de suas unidades técnicas e demais serviços auxiliares ou, ainda, outras matérias de natureza administrativa interna que, a critério do Tribunal, devam revestir-se dessa forma.</p>	<p><b>Pareceres Prévios</b></p> <p>são atos resultantes de apreciação de processos que versam sobre Consultas formuladas pelos Órgãos jurisdicionados e Contas Anuais do Governador do Estado e dos Prefeitos Municipais, na forma do artigo 173, IV, "a" e "b" do Regimento Interno.</p>
<p><b>Acórdãos</b></p> <p>são resultantes de julgamento do mérito de contas dos ordenadores de despesas dos Órgãos jurisdicionados ao Tribunal de Contas, as quais são julgadas <b>regulares</b>, <b>regulares com ressalvas</b> ou <b>irregulares</b>, bem como de recursos quando ocorre o provimento, imputação de débito, julgamento de denúncia e, ainda, a quitação de débito, na forma do artigo 173, V, do Regimento Interno.</p>	<p><b>Decisões Normativas</b></p> <p>são atos resultantes de apreciação de atos de admissão, reserva remunerada, pensão, aposentadoria, recursos que não foram conhecidos ou que foram negados provimento, pedidos de parcelamento, determinação de cobrança judicial e outros atos análogos, na forma do artigo 173, VI do Regimento Interno.</p>	

Diante do número de deliberações proferidas pelo Tribunal de Contas, segue o quantitativo ocorrido no período, por colegiado:

Quantitativo de deliberações proferidas por colegiado  
Período: 4º Trimestre de 2021



Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento (SPJ/TCE-RO).

### 3.2 CONTAS PÚBLICAS MONITORADAS

O Tribunal de Contas monitora, aprecia e julga as contas públicas, com vistas a avaliar se os recursos foram aplicados corretamente.

No período, o TCE-RO apreciou e julgou de forma definitiva 31 processos de prestação de contas e tomada de contas, conforme verificado a seguir:

Julgamento Definitivo de Contas  
Período: 4º Trimestre de 2021

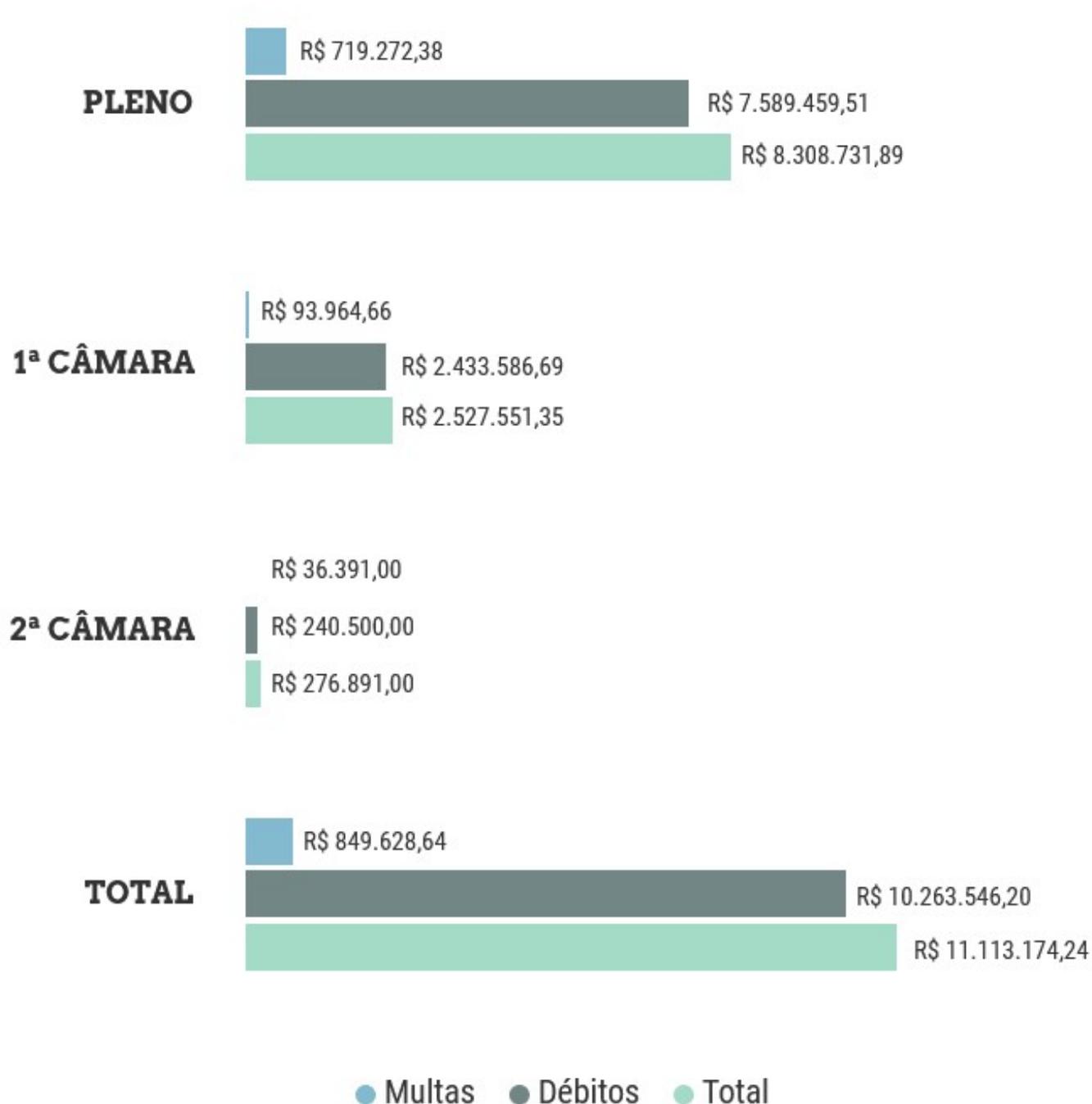
## Julgamento Definitivo de Contas



Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento (SPJ/TCE-RO).

## 3.3 AGENTES/ENTIDADES RESPONSABILIZADOS

As fiscalizações realizadas pelo Tribunal de Contas podem redundar em responsabilização de agentes públicos e privados que gerenciem recursos públicos de forma indevida. Isso significa dizer, na prática, que um dos efeitos da atuação do Tribunal de Contas é o ressarcimento ou recomposição do patrimônio público e a condenação ao pagamento de multa.



Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento

### 3.3.1 Atuação Judicial (PGE/TCE-RO)

A Procuradoria-Geral do Estado junto ao TCE-RO atua judicialmente para a cobrança da Dívida Ativa e de forma tática e estratégica na defesa dos interesses do TCE-RO e MPC/TCE-RO (valores exigidos judicialmente, quantitativo de manifestações judiciais; efetividade da constrição de bens). A atuação judicial realizada no trimestre está evidenciada a seguir:



34 ações ajuizadas



140 Certidões de Dívida Ativa exigidas



Valor total exigido:  
**R\$ 6.669.771,92**

Total de Constrição de Bens Patrimoniais

**R\$ 28.335.638,00**

Sentença Favorável:

**R\$ 6.214.593,18**

De bens

**R\$ 10.280,91**

Indisponibilidade:

**R\$ 22.047.403,91**

No rosto dos autos

**R\$ 63.360,00**

### 3.4 TRANSPARÊNCIA PARA O CONTROLE SOCIAL

As informações/resultados obtidos pelo TCE-RO para fomento à transparência visando o controle social estão a seguir.

#### 3.4.1 Ouvidoria do TCE-RO

O papel da ouvidoria, em sua essência, é fomentar o controle social. Nesse sentido, a Ouvidoria do TCE-RO tem como atribuição a integração entre a Administração Pública e o cidadão, recebendo, dentre outras manifestações, comunicados de irregularidades referentes à aplicação e gestão de recursos públicos.

Desde fevereiro de 2018, os sistemas destinados ao recebimento de demandas de ouvidoria e pedidos de informações formulados com base na lei 12.527/2011 encontram-se integrados em um mesmo sistema denominado **SICOUV**.

#### Canais de acesso à Ouvidoria do TCE-RO

Portal da Ouvidoria

no *site* do TCE-RO

[www.tce.ro.gov.br](http://www.tce.ro.gov.br)

0800-645-8750

(whatsapp)

*e-mail*

[ouvidoria@tce.ro.gov.br](mailto:ouvidoria@tce.ro.gov.br)

telefones

**69.3609-  
6260/6261/6262  
/6263/6264**

via **correios** (carta) e **atendimento presencial** no Gabinete da Ouvidoria (suspensão em razão da pandemia do COVID-19)

No período em apreço foram registradas 127 manifestações no SICOUV, sendo **117** demandas de ouvidoria e **10** pedidos de informação fundamentados na Lei n. 12.527/11.

Ao final do trimestre, das 117 demandas de ouvidoria, **97,44% (114) foram atendidas e 2,56% (3) terminaram o trimestre em atendimento**, conforme exposto na Tabela a seguir, que também discrimina o total de manifestações recebidas no período, por natureza.

Manifestações recebidas, atendidas, encerradas e em atendimento  
Período: 4º Trimestre de 2021

Natureza	Quantidade Recebida	Percentual (%)	Atendidas	Encerradas	Em atendimento
<b>Comunicado de Irregularidade</b>	56	47,86%	114	-	-
<b>Denúncia</b>	1	0,85%			
<b>Elogio</b>	-	-			
<b>Pedido de Informações</b>	44	37,61%			
<b>Reclamação</b>	10	8,55%			
<b>Sugestão</b>	2	1,71%			
<b>Representação</b>	4	3,42%			
<b>Outros*</b>	-	-			
<b>TOTAL</b>	<b>117</b>	<b>100%</b>	<b>114</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Ouvidoria de Contas.

\*Manifestações cuja matéria não for de competência do TCE-RO.

Os Comunicados de Irregularidade, que configuram manifestações mediante as quais se apontam descumprimento de normas, preceitos legais e princípios éticos, constituem o grupo de demandas mais frequentes no trimestre em destaque, com 47,86% (56) do total de demandas. Em segundo lugar, ficaram os Pedidos de Informações, definidos como manifestações em que os manifestantes buscam esclarecimentos quanto a assuntos correlatos à missão do Tribunal de Contas ou pertinentes aos jurisdicionados, com 37,61% (44).

Os dados dos pedidos de informações fundamentados na Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2012) recebidos no 4º trimestre de 2021, por meio do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, que podem ser realizados pelo Sistema de Acesso à Informação (*site* TCE-RO), e-mail (*i.sic@tce.ro.gov.br*) e Protocolo, seguem detalhados:

Solicitações recebidas via SIC, atendidas, indeferidas e em atendimento.  
Período: 4º Trimestre de 2021

Resposta por Seguimento		Recebidas	Atendidas	Indeferidas	Forma de Recebimento		Em atendimento
					Protocolo	SICOUV-SIC	
<b>GOUV</b>	70%	10	8	2	-	10	-
<b>OUTROS</b>	30%				-	-	

Fonte: Ouvidoria de Contas

### 3.5 AGENTES PÚBLICOS CAPACITADOS

O Tribunal de Contas persiste na direção de atingir um desempenho cada vez melhor no que tange às ações voltadas para a capacitação do capital humano, com destaque no constante desenvolvimento profissional.

Nesse sentido, adaptando-se aos efeitos produzidos pela pandemia, a Escola Superior de Contas do TCE-RO promoveu atividades, de forma presencial e também remota, para servidores de Órgãos e entidades jurisdicionados, as quais estão informadas a seguir.

Capacitação dos públicos interno, externo/jurisdicionados e sociedade  
Período: 4º Trimestre de 2021

**25**



Eventos realizados e/ou disponibilizados

---

**1.149**



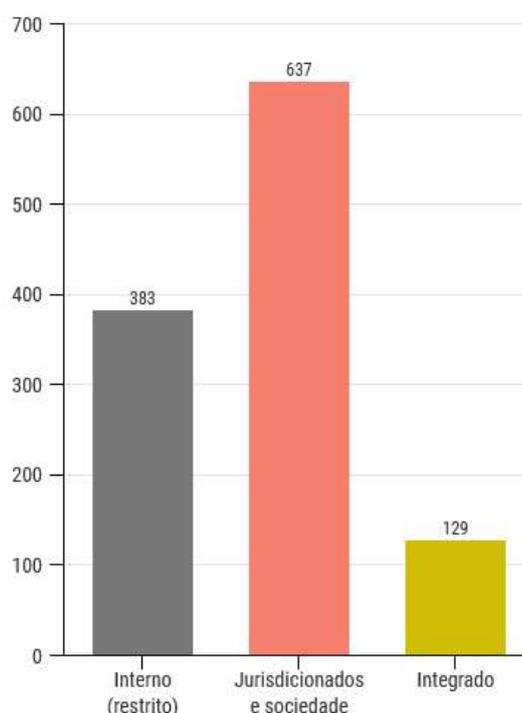
Oportunidades de capacitação aproveitadas  
(vagas preenchidas por participantes)

---

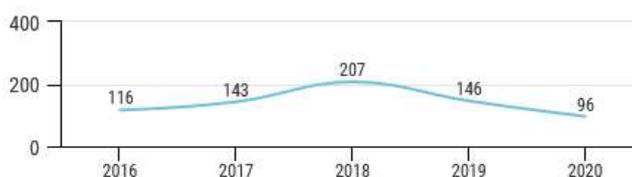
**339h/a**



Carga Horária Total



**Público-alvo**  
Oportunidades de capacitação aproveitadas, divididas por público  
Interno - servidores do TCE-RO  
Externo - servidores jurisdicionados e sociedade



**Eventos de Capacitação, por exercício**

Fonte: Escola Superior de Contas

### 3.6 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

O Ministério Público de Contas é instituição essencial ao exercício do controle externo, atuando como Órgão da lei e fiscal de sua execução, com funções opinativas e de defesa da ordem jurídica, visando à observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência aos quais se submete a Administração Pública.

A instituição funciona no mesmo prédio do Tribunal de Contas, mas tem independência funcional e regras próprias estabelecidas em Lei e Regimento Interno. O Ministério Público de Contas tem assento nas sessões do Tribunal de Contas e se manifesta, por escrito ou verbalmente, em todos os assuntos sujeitos à decisão do TCE-RO.

Pareceres, Cotas e Despachos emitidos  
Período: 4º Trimestre de 2021

Deliberações	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
<b>Pareceres escritos</b>	114	154	109	377
<b>Pareceres verbais</b>	20	220	57	297
<b>Cotas</b>	9	9	7	25
<b>Despachos de tramitação</b>	5	5	6	16
<b>TOTAL</b>	<b>148</b>	<b>388</b>	<b>179</b>	<b>715</b>

Fonte: Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas (MP/TCE-RO).

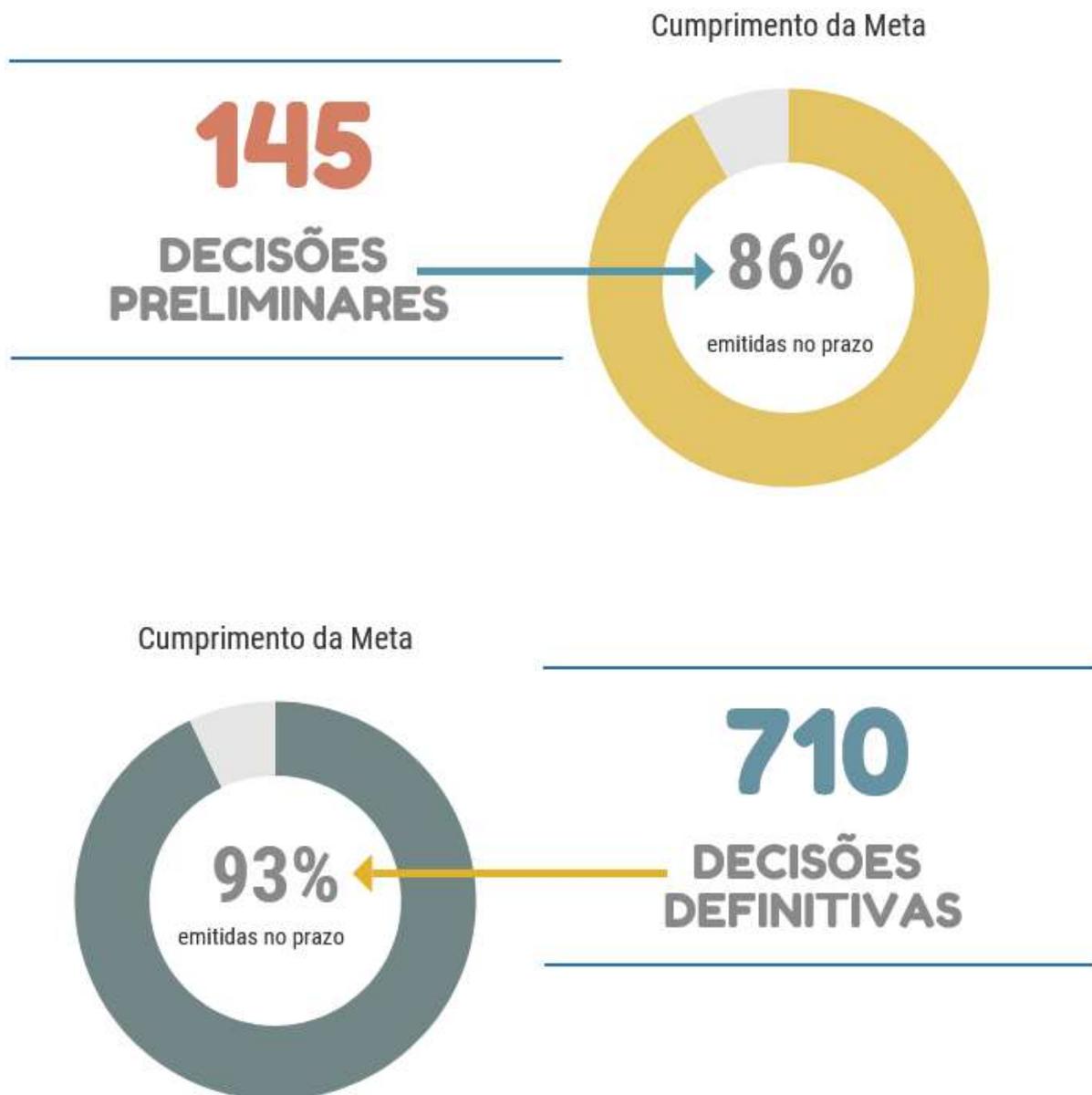
Para maiores informações sobre as atividades executadas pelo MPC no período, deve ser realizado o acesso ao relatório de atividades do Ministério Público de Contas, disponível no portal do MPC-RO.

## 4 – GOVERNANÇA E GESTÃO

As diretrizes traçadas para o exercício de 2021 têm direcionado os atos de gestão do TCE-RO, possibilitando dar continuidade aos avanços obtidos ao longo dos últimos anos e, desta forma, realizar as atividades administrativas de formar a apoiar a consecução da estratégia organizacional.

### 4.1 DESEMPENHO DOS GABINETES DE CONSELHEIROS

Desempenho dos Gabinetes de Conselheiros  
Período: 4º Trimestre de 2021



Fonte: PowerBI

## 4.2 COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

O Tribunal de Contas promove a divulgação institucional de suas atividades utilizando-se de diversos meios de comunicação (nesse período, especialmente online, em razão da pandemia), elencados na sequência, visando facilitar o acesso a todos os cidadãos.

- ▣ Portal do TCE-RO - <http://www.tce.ro.gov.br>;
- ▣ Portal de Acesso à Informação;
- ▣ Relatórios institucionais trimestrais e anuais das atividades do TCE-RO;
- ▣ Diário Oficial Eletrônico;
- ▣ Redes Sociais (Facebook, Twitter e Instagram) e plataforma YouTube; e
- ▣ Releases enviados aos jornais eletrônicos da capital e interior.

Na área de comunicação social, manteve-se a cobertura e suporte às sessões do Pleno e das Câmaras, bem como de eventos – primordialmente os realizados de forma eletrônica pelo Tribunal –, os quais serviram para alimentar o portal e a intranet do TCE, bem como as redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram) e plataforma YouTube, além de serem encaminhados às mídias impressa e eletrônica.

## 4.3 INVESTIMENTOS EM INOVAÇÃO

Diante do contexto de restrições em que se encontra a sociedade mundial, decorrente da atual situação pandêmica, as organizações têm adotado medidas que visam combater o contágio e contribuir com a segurança de seus colaboradores. Assim, no intuito de atenuar o impacto da pandemia, uma das principais estratégias adotadas por algumas organizações foi a adoção do teletrabalho, com vistas na redução do contágio entre os servidores.

Sendo assim, o TCE-RO, assim como a maioria das instituições públicas, adotou medidas para garantir que os recursos tecnológicos estejam disponíveis para todos seus membros, servidores e colaboradores, procurando agir de forma a mitigar os riscos relacionados à falta de infraestrutura tecnológica para subsidiar as atividades desenvolvidas pela Corte de Contas.

Desta forma, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) continua empenhada em desenvolver projetos que permitam garantir uma estrutura tecnológica ativa e adequada às necessidades institucionais do TCE-RO, tentando superar os obstáculos que hoje vão além, considerando o contexto social ainda em vivência.

Destarte, durante o 4º trimestre deste exercício, ações foram realizadas em prol da ampliação de sistemas, renovação e gestão do parque tecnológico do TCE-RO, visando o apoio a todas as atividades desenvolvidas através de recursos tecnológicos.

Na tabela a seguir, destacam-se alguns dos projetos que possuem maior relevância e impacto institucional nas programáticas de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Gestão dos recursos de TIC e desenvolvimento de software (01.126.1264.2973) e Gestão dos ativos de TIC (01.126.1264.1221)				
Projeto	Descrição	Status	Total empenhado	Total Executado
Ateliê de Software	Visa à prestação de serviços terceirizados para o desenvolvimento de softwares e serviços correlatos.	Em execução	R\$ 2.030.000,00	R\$ 1.743.548,35
Links de Comunicação e Serviços de Telefonia	Objetiva a continuidade do serviço de internet, que é serviço essencial para o funcionamento da infraestrutura tecnológica desta Corte de Contas.	Em execução	R\$ 301.875,44	R\$ 271.683,69
Serviços de Acesso a Dados da Receita Federal Via Sistemas do SERPRO (HOD e Infoconv)	Visa permitir o acesso a dados de Servidores Municipais, Credores Municipais, Credores do Estado e Servidores do Estado para posterior cruzamento com dados contidos em sistemas como: SIGAP, Portal Cidadão e demais ferramentas disponibilizadas pelo TCE-RO.	Em execução	R\$ 35.616,57	R\$ 24.962,85
<i>Plugin Atlassian - BigPicture</i>	Visa apoiar as atividades referente ao planejamento estratégico, gerenciamento de recursos e riscos e supervisão de execução de projetos desenvolvidos pela Secretaria de Planejamento - SEPLAN.	Em execução	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
Renovação de Licenças do Visual Studio	Objetiva a continuidade e aprimoramento do processo de construção e manutenção de sistemas e a obtenção de vantagens relacionadas à criação, implantação e gerenciamento de grandes aplicativos.	Em execução	R\$ 270.900,00	R\$ 270.900,00
Renovação de Licenças do Software <i>Vmware</i>	Obter vantagens relacionadas à atividade de gerência e administração das redes de comunicação desta Corte de Contas.	Em execução	R\$ 29.848,91	R\$ 29.848,91
Renovação de Licenças do Software <i>Quest Change Auditor</i>	Visa a continuidade do serviço de gerenciamento da estrutura do <i>AD (Active Directory)</i> , para melhor administração de repositório de usuários e práticas de segurança.	Em execução	R\$ 29.897,00	R\$ 29.897,00
Monitores	Visa aprimorar e expandir o parque computacional do TCE-RO, garantindo que os respectivos bens sejam utilizados para atender o exercício direto das atividades desta Corte de Contas, proporcionando maior agilidade à prestação dos serviços demandados pelas unidades do TCE-RO.	Em execução	R\$ 316.000,00	R\$ 316.000,00

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC/TCE-RO.

Cabe ressaltar que assim como nos demais meses do presente exercício, no trimestre analisado priorizou-se o aperfeiçoamento contínuo das entregas de TIC, visando o alcance das expectativas setoriais, o que demandou a adoção de estratégias para superação de obstáculos, ocasionados pelo grande número de demandas direcionados à Secretaria e suas respectivas unidades.

Assim sendo, conclui-se que no 4º trimestre/2021 as prioridades estabelecidas foram vencidas, obtendo-se resultados que atingiram níveis satisfatórios, considerando as demandas e as entregas programadas.

#### 4.4 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A gestão das atividades administrativas é constituída por Gestão de Pessoas, Gestão Contábil e Financeira, de Serviços Gerais (manutenção e transportes), Patrimonial e Compras, de Licitações e Contratos e de Documentação, Protocolo e Arquivista, e têm por escopo contribuir com as atividades do Controle Externo no apoio ao exercício de suas competências constitucionais e legais, bem como ao atendimento das perspectivas do Planejamento Estratégico do TCE-RO.

##### 4.4.1 Gestão de Pessoas

A Tabela a seguir mostra o quantitativo referente à força de trabalho do TCE-RO no período considerado, incluindo estagiários e bolsistas.

Demonstrativo da força de trabalho do TCE-RO  
Período: 4º Trimestre de 2021

	Regime	Existentes até 31/12/2021
Efetivo		261
Comissionado		133
À disposição do TCE-RO – Estadual e Municipal		54
<b>Subtotal</b>		<b>448</b>
Estagiários de nível superior – Pós-Graduação		5
Estagiários de nível superior - Graduação		81
Estagiários de nível médio		-
<b>Subtotal</b>		<b>86</b>
<b>Bolsistas</b>		<b>4</b>
<b>Total da Força de Trabalho</b>		<b>538</b>
Servidores cedidos a outros Órgãos		2
<b>Admissões</b>		
Efetivo		1
Comissionado		2
Cedidos com ônus para o TCE-RO		-
Cedidos sem ônus para o TCE-RO		-
<b>Exonerações</b>		
Efetivo		1
Comissionado		2
Aposentadorias		-
Cessão de cedências/Retorno de efetivos ao TCE-RO		-

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGESP/SGA/TCE-RO.

## 4.4.2 Recursos Orçamentários e Financeiros

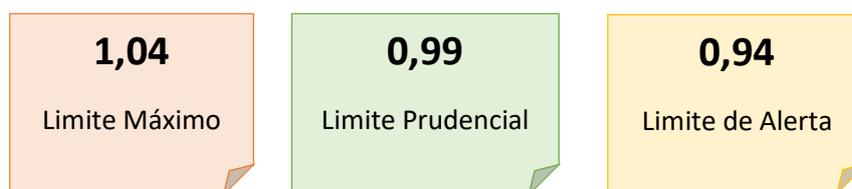
As movimentações dos recursos orçamentários e financeiros do TCE-RO estão discriminadas a seguir.

Dotação orçamentária e distribuição dos dispêndios, por categoria econômica  
Período: 4º Trimestre de 2021

Descrição	Orçamento Atualizado	Empenhado	Liquidado
Pessoal e Encargos Sociais	107.199.722,00	103.316.012,83	103.189.491,43
Outras Despesas Correntes	45.434.592,00	30.194.480,40	26.984.798,92
Despesas de Capital	15.636.000,00	14.526.520,97	12.745.096,88
<b>Total</b>	<b>168.270.314,00</b>	<b>148.037.014,20</b>	<b>142.919.387,23</b>

Fonte: Seplan e Defini/SGA

O acompanhamento das despesas com pessoal ao longo dos 3 últimos quadrimestres indica que o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia cumpre os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



Gastos com pessoal para efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal  
Nos últimos 3 Quadrimestres



Fonte: Departamento de Finanças – DEFIN/SGA/TCE-RO.